



Esta seção trata dos planos privatizantes do governo, anunciados pelo ministro Paulo Guedes, da intenção de criar um novo pacto federativo com o Imposto sobre Valor Adicionado (IVA) Dual - a CPMF renomeada - e das reações do Congresso e da sociedade.

Privatizar todas as empresas estatais

O mês de setembro começou com uma longa entrevista do ministro da Economia, Paulo Guedes, ao *Valor Econômico*, na qual apontou os próximos objetivos do governo. "Vamos desindexar, desvincular e desobrigar todas as despesas de todos os entes federativos". E completou: "Eu quero privatizar todas as empresas estatais". Segundo ele, a ideia é fazer uma lista das empresas públicas a serem alienadas, que será submetida ao presidente da República. Aprovada, será enviada ao Tribunal de Contas da União e encaminhada ao Congresso, para aprovação de uma lei que autorize a inclusão dessas no Programa de Desestatização.

Também falou muito de um novo pacto federativo e de uma reforma tributária, que deverá criar o Imposto sobre Valor Adicionado (IVA) Dual (novo nome da CPMF).

Além disso, afirmou que "o Estado brasileiro quebrou. Quebrou em todos os níveis, no federal, no estadual e no municipal"; que o pacto federativo "é a transformação do Estado brasileiro", cujo núcleo tem três dimensões: desobrigar, desindexar e desvincular as despesas dos três entes federativos. A moldura de tudo isso é o nosso programa 'Caminho para a Prosperidade'", diz ele.

Coroou a entrevista retirando o S, de Social, do BNDES: "Tenho que reconfigurá-lo para ser o BNDES

com o "S" de saneamento e não das empresas campeãs nacionais ou das parcerias com países estrangeiros de esquerda".

Setembro fechou com mais dois ministros reafirmando estes propósitos. Para uma plateia de investidores estrangeiros, durante evento em Nova York, na quinta-feira (26), o ministro das Relações Exteriores do Brasil, Ernesto Araújo, afirmou que o governo brasileiro pretende privatizar cerca de 350 das quatrocentas empresas estatais.

O governo federal tem atualmente, segundo o Ministério da Economia, 134 estatais, das quais 46 são de controle direto e 88 são subsidiárias da Petrobras, Eletrobras, Banco do Brasil, Caixa, Correios e BNDES. Segundo ele, algumas privatizações serão feitas até a metade do mandato de Bolsonaro e a privatização dos Correios deve ser uma das maiores. "É interessante porque nos anos 1990 as pessoas criticavam que havia uma grande onda de privatização, mas ainda assim o país ficou com quatrocentas empresas estatais".

E no dia 27, em uma palestra na Câmara da Indústria, Comércio e Serviços (CIC) de Caxias do Sul, o ministro-chefe da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, reforçou a política do governo e defendeu o plano de privatizações. Disse que deverão ser realizados leilões de rodovias, empresas de energia, comunicação, óleo e

aço e anunciou que, hoje, há 22 empresas estatais em processo de privatização. “Porque, Deus nos livre! Mas o dia que eles [se referindo ao PT] voltarem, eles não vão ter nada para parasitar, porque vai estar tudo vendido”, complementou.

No entanto, parece que estas declarações servem apenas para sinalizar ao “mercado” a sanha entreguista e o modelo econômico ultraconcentrador de renda e de riqueza, pois, como disse Lula ao GGN, “sem política não existe economia”.

Primeiro, foi a criação do IVA Dual, que recebeu duras reações. O presidente da Câmara, Rodrigo Maia, foi um dos primeiros a reagir negativamente, seguido por parlamentares até da base do governo. Marcos Cintra foi, sumariamente, demitido da chefia da Receita Federal e até Bolsonaro teve de postar no Twitter que a recriação da CPMF ou um aumento da carga tributária estão, por determinação sua, descartados do projeto de reforma tributária que vem sendo elaborado pelo governo.

Segundo, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre, retirou, por enquanto, o debate sobre a privatização da Eletrobras da pauta da casa porque, segundo ele, 48 senadores do Norte e do Nordeste não apoiam o projeto. Ao mesmo tempo, rejeitou qualquer hipótese de ver aprovado um pedido de “fast track” para as privatizações, conforme anunciado por Paulo Guedes como um mecanismo que facilitaria as vendas de estatais, pois elas seriam autorizadas em bloco. “Será caso a caso”, sustentou o presidente do Senado.

Por fim, existe, para desgosto do governo, a sociedade. E a maioria da população brasileira, pelo menos ainda, não aceita estas teses. Pesquisa feita pelo Datafolha divulgada dia 10 de setembro mostra que dois em cada três brasileiros (67%) se opõem às privatizações; a maioria (60%) é contra privatizar os Correios. A privatização da Petrobras enfrenta maior oposição: 65% são contra a venda da empresa e até entre empresários a maioria é contra, 59%. Na parcela dos mais ricos, o índice de opositores também é de 59%. Inclusive entre dos eleitores de Bolsonaro, 56% são contra a venda da Petrobras. O cenário se repete quando se trata dos bancos públicos, como Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil: 65% são contra. E, da mesma for-

ma, entre os empresários, os mais ricos e os apoiadores de Bolsonaro, há uma porção majoritária que se opõe à venda dos bancos públicos.

Além disso, o movimento sindical também se prepara para enfrentar e resistir ao desmanche. Os trabalhadores dos Correios já ensaiaram uma greve e os petroleiros estão em processo de mobilização, preocupando o governo, que, inclusive, infiltrou agentes para acompanhar os movimentos da categoria.

Reforma da Previdência

A votação em primeiro turno da PEC 6/2019 da reforma da Previdência ocorreu dia 1º de outubro. Ela estava marcada para 24 de setembro, mas foi adiada pela crise gerada pelo líder do governo, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), cujo gabinete foi alvo de busca e apreensão, e pela convocação de uma sessão extraordinária do Congresso para que fossem votados os projetos de crédito suplementar para garantir o pagamento de emendas parlamentares prometidas pelo governo em troca de votos favoráveis à reforma.

A proposta ainda deve passar pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), para que seja votado o relatório do senador Tasso Jereissati, com a análise das 77 emendas apresentadas. Ele acatou apenas uma emenda supressiva, para não prejudicar o acesso à aposentadoria integral de quem recebe vantagens variáveis vinculadas a desempenho no serviço público, e rejeitou emendas com temas ligados a servidores públicos, mudanças em pensões, idade mínima, regras de transição, aposentadorias especiais, cálculo da aposentadoria, abono salarial e regras especiais para grupos específicos.

Senadores como Paulo Paim e Eliziane Gama já declararam que vão tentar aprovar destaques ao texto durante a discussão no Plenário. Estes tratam das restrições ao abono salarial, do benefício pago a quem ganha menos de dois salários mínimos e tem pelo menos cinco anos de cadastro no PIS/Pasep. O texto da reforma assegura o direito apenas a quem tiver renda mensal igual ou menor que 1.364,43 reais.

A previsão da votação em segundo turno segue o prazo de 10 de outubro.